





Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

### Negociações salariais 2015/2016

# Sinttel recusa, por duas vezes, proposta que nem repõe perdas salariais

Foi realizada dia 16/05 segunda reunião com a BrasilCenter para discutirmos a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho para o período 2015-2016. A data base é Abril.

A empresa apresentou uma proposta que foi recusada pelo Sindicato, como na primeira reunião .

A Brasilcenter insiste em propor um reajuste salarial que não repõe o total das perdas provocadas pela inflação dos últimos 12 meses (de 1º de abril/14 a 30 de março/15).

O índice de inflação que utilizamos é o INPC. E para os salários com data base em 1º de abril, que é o caso dos trabalhadores da Brasilcenter, o acumulado é de 8,42%.

Este percentual é o mínimo que o Sinttel aceita para repor o poder de compra

dos salários dos trabalhadores. E este é o índice que utilizamos como referência para corrigir todas as renovações de Acordos Coletivos que temos negociados e que iremos negociar neste ano. Os trabalhadores não têm a menor responsabilidade se a inflação acelerou ou



se o custo de vida aumentou nos últimos meses. O que não podemos aceitar é que os salários fiquem comprometidos.

A data base de cada categoria tem como objetivo, também, proporcionar que todos busquem melhorias na renda ou seja que se possa aproveitar e discutir com as empresas uma forma de os trabalhadores ganharem mais. Fora da data base, se o Sindicato, reivindicar um reajuste nos salários dos trabalhadores que representa, as empresas são unanimes em responder: só podemos conversar sobre isso quando da renovação do Acordo Coletivo, ou seja na data base. Então, esta é a oportunidade que tem o trabalhador de conseguir melhorias na sua renda.

E a Brasilcenter está querendo impedir que os trabalhadores que atuam no seu call center tenham esta possibilidade, pois o que ela oferece não repõe sequer a inflação do período. A empresa está oferecendo reajuste de 5% no piso que pela proposta dela passaria para R\$ 840,00, enquanto que com o INPC o piso iria paraR\$ 867,36.

Ela ainda propõe pagar um abono R\$328,00 que não compensa as perdas da inflação do período. Um abuso.

O Sindicato não aceitou porque estas perdas serão permanentes nos salários e o pagamento de um abono, não compensaria as perdas totais pela não aplicação do reajuste dos pisos salariais.

Esperamos que a empresa apresente uma nova proposta e que possamos convocar uma assembleia

> para apreciação de todos os /as trabalhadores/as.

### Proposta da BrasilCenter

Reajuste de 5% para o piso que passaria de R\$ 800,00 para R\$ 840,00;

Abono somente para os REPs de R\$ 328,00;

Reajuste para os demais salários: aplicar o INPC do período que foi de 8,42%;

Tíquete: para os de 6 horas passar para R\$ 8,10, reajuste de 9,46%; para jornada de 8 horas passar para R\$ 15,20, reajuste de 8,57%;

Auxílio-creche: corrigir pelo INPC passando o valor para R\$ 433.68:

Auxílio-educação especial: também corrigir pelo INPC passando para R\$ 585,47.

Para os REP só 5% e para o s demais salários 8,42%. Você acha isso justo?





Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

### Aposentadoria este assunto te interessa?

### Por que a fórmula 85/95 vai melhorar as aposentadorias?

Proposta, elaborada em 2009 em conjunto pela CUT, centrais e governo Lula, é fruto de consenso e vai deixar o fator previdenciário para trás. Passou na Câmara, mas ainda precisa passar no Senado.

A fórmula 85/95, aprovada nesta semana pela maioria dos deputados, vai melhorar bastante a vida dos futuros aposentados, na opinião da CUT. Vai diminuir o tempo para se aposentar e ainda vai aumentar o valor das aposentadorias.

Ao contrário do que muitos estão imaginando, as pessoas não terão de ter 85 anos ou 95 anos de vida para se aposentar. Nada

disso.

A fórmula é simples. Os trabalhadores e trabalhadoras vão poder somar a idade e o tempo de contribuição à Previdência para se aposentar sem desconto.

Acompanhe:

Idade + tempo de contribuição = 85 (mulheres) e 95 (homens). Se a conta bater, o trabalhador ou trabalhadora terá aposentadoria integral. Pelas regras, os homens têm de contribuir 35 anos para a Previdência. As mulheres, 30.

Citaremos dois exemplos:

A Homem com 60 anos + 35 anos de contribuição = 95 (aposentadoria sem desconto)

B Mulher com 55 anos + 30 anos de contribuição = 85 (aposentadoria sem desconto)

A idade das pessoas pode variar caso a caso, já que muitos começam a trabalhar desde muito cedo, e tantos outros trabalham alguns períodos sem fazer contribuições à Previdência – seja porque ficam um tempo sem carteira assinada ou não pagam o Guia da Previdência Social (GPS), quando autônomos.

"O que não muda é a certeza de que com a Fórmula 85/95 os brasileiros e brasileiras vão ter uma situação bem melhor do que a atual", diz Vagner Freitas, presidente nacional da CUT.

Fator previdenciário

Hoje em dia existe o fator previdenciário, criado pelo governo FHC (PSDB), em 1998, que estica o tem-

> po de trabalho das pessoas e encolhe as aposentadorias.

Com o fator previdenciário criado pelo FHC, mesmo quando o trabalhador e a trabalhadora já pagaram 30 anos ou 35 anos para o INSS, não podem se aposentar com o ganho integral, por causa da chamada "tábua de expectativa de vida".

Ao longo das últimas décadas, a idade média da população vem subindo, em função das melhorias no atendimento médico, habitação e saneamento. Nossa expectativa de vida sobe todos os anos.

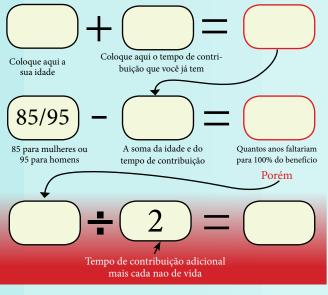
Por causa do fator previdenciário do FHC, toda vez que a expectativa de vida sobe, aumenta o tempo de

trabalho necessário para se aposentar. É uma situação perversa que poderia ser ilustrada com a imagem de um pedestre que corre atrás de um carro veloz: vai tentar, mas nunca conseguirá alcançar.

Caso cansem de esperar, já que a tábua de expectativa de vida não para de subir, o trabalhador ou a trabalhadora se aposentam com o desconto criado pelo fator previdenciário.



A seguir apresentamossimulações que podem ajudar você a entender as mudanças positivas propostas pelo acordo entre as Centrais. Na primeira, é possível simular sua situação e o tempo necessário para se aposentar com 100% pelas novas regras









Produção: TET Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

#### Como surgiu essa idéia

A 85/95 foi elaborada e negociada em conjunto, em 2009, pela CUT e as outras cinco maiores centrais, a Secretaria Geral da Presidência, o Ministério da Previdência e o então deputado federal Pepe Vargas (PT-RS), no segundo mandato do governo Lula. O projeto seguiu então para o Congresso.

No ano seguinte, com nova composição, o Congresso deixou o projeto na gaveta, até que, na última quarta-feira, o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) sacou a proposta, logo depois aprovada em plenário.

Mais vantagens para os trabalhadores

Outra mudança vai beneficiar aqueles que já tiverem tempo de contribuição, mas que ainda não atingem a soma 85 ou 95, por causa da idade.

A partir do momento em que atingirem o tempo de contribuição, além de a tábua de expectativa de vida ficar congelada, cada ano seguinte de trabalho vai valer por dois.

### Dois exemplos:

A Um homem com 50 anos + 35 anos de contribuição = 85

Matematicamente, ele deveria trabalhar mais dez anos.

Porém, como cada próximo ano de trabalho passará a valer dois, pois serão somados o ano de vida e o ano de contribuição, ele terá de trabalhar só a metade, ou seja, cinco anos, para se aposentar sem descontos.

B Uma mulher com 45 anos +30 de contribuição = 75

Da mesma forma que o exemplo anterior, essa trabalhadora deveria puxar mais 10 anos de trabalho. Com as novas regras do 85/95, esse tempo cai para cinco anos.

Comprovar tempo de contribuição fica mais fácil Para ter uma ideia de como atualmente o tempo de contribuição – o precioso tempo em que o trabalhador e a trabalhadora pagam a Previdência – é pouco valorizado pelo sistema, basta citar que apenas 26% das aposentadorias no Brasil são concedidas por esse critério. A grande maioria, 56%, são por idade, o que significa que as pessoas não conseguem comprovar a contribuição.

A Fórmula 85/95 cria novos mecanismos para mudar isso e dar mais oportunidades para as pessoas terem e comprovarem o tempo de contribuição. Confira as propostas neste sentido:

- a tábua de expectativa de vida não vai mais ser considerada para fins previdenciários para quem já tiver atingido 30 ou 35 anos de contribuição. A tábua será congelada, ou seja, a idade mínima de contribuição não vai aumentar todo o ano;
- o trabalhador que estiver desempregado e recebendo o seguro- desemprego vai poder contar esse período como tempo de contribuição para a Previdência. Dessa forma, vai diminuir lacunas ao longo da sua vida laboral;
- o aviso prévio também será considerado como tempo de contribuição;
- garantia de que todos os trabalhadores que estiverem a 12 meses de se aposentar tenham estabilidade no emprego, da mesma forma como já acontece em vários acordos e convenções coletivas de categorias como metalúrgicos, bancários, químicos, eletricitários, etc.

#### Como ficam as contas da Previdência

Os meios de comunicação tradicionais já estão alardeando que essa mudança, embora boa para os trabalhadores, vai piorar as contas do governo e prejudicar o Brasil.

"Não se pode esquecer, no entanto, que a valorização das aposentadorias vai injetar mais dinheiro na economia, o que faz girar o comércio e os serviços e gera mais empregos e salários. É isso que faz a arrecadação subir e manter o País forte. E que deixa o povo mais feliz", diz Vagner.

Voltaremos a esse assunto na próxima semana. Mostraremos que essa mudança não provocará "rombo" na Previdência, como estão dizendo os analistas e jornalistas conservadores.





Produção: TST Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

22/05/2015 - Telesíntese

## Setor de Telecom arrecada 55% menos impostos

A Receita Federal divulgou relatório apontando para ritmo mais lento da economia como fator para redução nos impostor obtido de diferentes setores. Ao mesmo tempo, governo abriu mão de mais dinheiro, via programas de desoneração, como o REPNBL-Redes.



O Ministério da Fazenda divulgou ontem (21) o relatório trimestral de arrecadação das receitas federais. A coleta de impostos pela Receita Federal aumentou 4,83% no período de janeiro a março deste ano, na comparação com os mesmos meses de 2014. O total angariado foi de R\$ 418,6 bilhões. Levando-se em conta a inflação do período, medida pelo IPCA, o resultado foi 2,71% menor.

De acordo com o relatório, o resultado, negativo contando a inflação, foi impactado por outros índices macroeconômicos que demonstram desaquecimento da economia. A Receita Federal cita, entre os índices, a retração na produção industrial (de 5,14% de dezembro a março sobre o mesmo período um ano antes), nas vendas de bens e serviços (4,36%), e no valor em

dólar das importações (21,75%).

O setor de telecomunicações foi responsável pelo pagamento de R\$ 585 milhões, coletados em imposto de renda sobre pessoa jurídica ou contribuição sobre o lucro líquido. O resultado é 55,34% menor que que o registrado no primeiro trimestre de 2014. Na época, o setor destinou R\$ 1,31 bilhão aos cofres públicos. Estes impostos são calculados com base no faturamento das empresas, o que indica retração do mercado.

Apenas em abril, o setor arrecadou R\$ 126 milhões, ou 74,94% menos que o total de R\$ 501 milhões obtidos no mesmo mês em 2014. O valor recebido das empresas do setor em pagamentos de Cofins/PIS-Pasep foram de R\$ 381 milhões. Neste caso, houve um crescimento de 2,93% sobre o valor de abril do ano passado, quando a arrecadação com tais tributos trabalhistas foi de R\$ 370 milhões. A Receita Federal não divulgou os números de PIS/Cofins para o trimestre.

O REPNBL-Redes, programa de desoneração criado pelo Ministério das Comunicações para incentivar o investimento em infraestrutura de telecomunicações, ofereceu R\$ 91 milhões em desonerações às companhias do setor em abril. O valor é 6% maior que os R\$ 85 milhões registrados também em 2014. No trimestre, o REPNBL-Redes representou economia para as empresas de R\$ 364 milhões, 7,3% mais que ano passado. No mês, o governo abriu mão de R\$ R\$ 9,18 bilhões em desonerações, para diferentes setores, e no trimestre, de R\$ 38,29 bilhões.





Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

22/05/2015 - Carta Maior

### Sonegação dos ricos rouba 200 bi em cinco meses

Valor supera todos os escândalos de corrupção mais conhecidos e ultrapassa até o que seria necessário para o ajuste fiscal em discussão no Congresso.



Número estará estampado pelos painéis do Sonegômetro espalhados pelo País. Valor supera todos os escândalos de corrupção mais conhecidos e ultrapassa até o que seria necessário para o ajuste fiscal em discussão no Congresso (R\$80 bi).

Situação causou revolta em servidores do Ministério da Fazenda. Procuradores acusam:

"Estamos diante de uma batalha bastante desigual, onde um único Procurador da Fazenda Nacional, sem carreira de apoio, atua em processos complexos envolvendo grandes devedores, normalmente defendidos pelas maiores bancas de advogados do país."

No ano passado, não foi diferente. Os procuradores bradavam:

"Como se não bastasse, vemos uma elite muito bem acomodada e grandes corporações abonando a continuidade desse sistema anacrônico, enquanto surrupiam o erário público por meio da sonegação fiscal. E assim, em apenas 5 meses, o painel digital Sonegômetro já registra um rombo de 200 bilhões."

Leia o artigo do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional.

O Sonegômetro, a Lavanderia Brasil e a Esquizofrenia Fiscal Subir juros que já habitavam a estratosfera, aumentar a carga tributária como se estivéssemos mais para Bélgica do que para Índia, encarecer tarifas de energia, combustíveis e mudar regras de benefícios sociais, como se a culpa de toda a desordem administrativa do país fosse dos trabalhadores, aposentados e pensionistas.

Por mais que se tente explicar o ajuste fiscal promovido pelo governo, não dá para entender e muito menos para aceitar. Ou melhor, dá para desconfiar. Pois se a União espera cortar R\$ 80bi de seu orçamento e arrecadar mais 0,48% de tributos em relação a 2014, como esse mesmo governo deixa escoar pelo ralo da sonegação mais R\$ 500 bi ao ano?

Essa postura não condiz com o discurso de quem pretende "reverter a deteriorização fiscal", nas palavras do Ministro da Fazenda Joaquim Levy. Não por acaso, essa justificativa do arrocho sobre os pobres e classe média é igualmente defendida por pessoas e instituições que nunca têm nada a perder. Ou melhor, que sempre têm muitos bilhões a lucrar, surfando nas altas ondas do mercado financeiro.

Transitando com desenvoltura nesse mar de insensatez, sonegadores e corruptos seguem curtindo o sol e o céu da impunidade. Sim, pois à exceção de casos midiáticos como as operações Lava Jato e Zelotes, envolvendo acordos de delação premiada, nenhuma medida efetiva tem sido tomada para a estancar a sangria da sonegação.

Para ficar bem claro, é importante ressaltar que dos 500 bilhões sonegados em 2014, mais de R\$ 400 bilhões passaram por operações sofisticadas de lavagem de dinheiro. Isso representa 3546 vezes o valor declarado do Mensalão (R\$141 milhões); 240 vezes o custo da operação Lava-Jato (R\$2,1 bilhões) e 26 vezes o que até agora se descobriu na operação Zelotes (até agora avaliado em R\$19 bilhões).







Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

E o rombo poderia ser ainda maior, não fosse o trabalho diuturno dos Procuradores da Fazenda Nacional (PFNs), que somente nos últimos quatro anos evitaram a perda de mais de R\$1 trilhão em contestações tributárias e arrecadaram mais de R\$60 bilhões em créditos inscritos na dívida Ativa da União. Isto, apesar do quadro de desvalorização da Carreira e de sucateamento estrutural da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Vale dizer que estamos diante de uma batalha bastante desigual, onde um único PFN, sem carreira de apoio, atua em processos complexos envolvendo grandes devedores, normalmente defendidos pelas maiores bancas de advogados do país. O governo sabe que para cada R\$1,00 investido na PGFN há um retorno de R\$20,96 à sociedade. Mas, estranhamente, prefere deixar de cobrar de quem deve e pode pagar, optando pela comodidade de repassar a conta ao cidadão em forma de impostos.

O Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (SINPROFAZ) entende que a defesa dos interesses da Carreira de PFN se confunde com a defesa da Justiça Fiscal. Por isso segue em frente promovendo campanhas de conscientização tributária, apresentando o painel Sonegômetro e a Lavanderia Brasil, denunciando, criticando e ampliando o debate por um sistema tributário mais justo para todos.

22/05/2015 - Telesíntese

### Contingenciamento livra o Banda Larga para todos

Ministério ainda não divulgou detalhamento dos cortes, que somarão R\$ 317 milhões. Segundo Nelson Barbosa, do Planejamento, gastos com o Plano Nacional de Banda Larga serão mantidos. MCTI e MDIC terão de cortar R\$ 1,48 bilhão e R\$ 432 milhões, respectivamente.

O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, detalhou hoje (22) à imprensa, em Brasília, o contingenciamento de gastos que será realizado pelo governo federal neste ano. O objetivo é economizar o equivalente a 1,2% do produto interno bruto como medida para equilibrar as contas públicas. Segundo ele, todos os ministérios foram afetados pelos cortes. Ao todo, o governo vai cortar R\$ 69,9 bilhões do orçamento da União.

O Ministério das Comunicações também terá de apertar o cinto. A provisão para a pasta no ano foi reduzida em R\$ 317 milhões, em relação ao que consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Agora o Minicom terá R\$ 1,37 bilhão para gastar ao longo do ano. Barbosa preferiu não comentar, porém, onde o Minicom iria cortar.

Barbosa garantiu, porém, que o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), em sua segunda fase chamado de Banda Larga para Todos, será mantido e entra no rol de programas prioritários do governo federal – ou seja, na lista das iniciativas que menos sofrerão com o contingenciamento. Ele destacou ainda que, em 2014, o Minicom teve a seu dispor R\$ 823 milhões, menos do que o valor ajustado deste ano.

O Ministério das Comunicações ainda não se pronunciou sobre os cortes. A especulação entre pessoas próximas à pasta é que, além do PNBL, recursos de R\$ 396 milhões previsto para conclusão do satélite brasileiro (SGDC) sejam mantidos. Há a possibilidade de corte no orçamento da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em torno de 5%. A ligação com cabo submarino entre Brasil e Europa, projeto anunciado ano passado e tocado pela Telebras, pode ser revista. O programa Cidades Digitais é outro que teria corte aprofundado.

As pessoas ouvidas ressaltam, porém, que o contingenciamento foi debatido superficialmente entre o Ministério do Planejamento e o Minicom, e que agora, com os valores estipulados pelo Planejamento, o Minicom vai estudar onde reduzir os gastos.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) terá de cortar R\$ 1,84 bilhão. O ministério onde houve a maior redução foi o de Cidades. Ali o corte será de R\$ 17,23 bilhões. O da Saúde terá de economizar R\$ 11,7 bilhões, e o da Educação, R\$ 9,4 bilhões. O Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior (MDIC) vai contingenciar R\$ 432 milhões.







Produção: TST Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

21/05/2015 - CUT

### Não à PEC da Corrupção

### Contrarreforma política defendida por Cunha será votada em 26 de maio



Na próxima terça-feira (26), a Câmara dos Deputados deve votar a PEC 182, baseada na PEC 352/2013, proposta do ex-deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP) e defendida pelo presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). O projeto representa um grande retrocesso para o País e pode ampliar o domínio das elites na política nacional.

A CUT é contra a "PEC da Corrupção" e está organizando, para o dia da votação, uma manifestação em Brasília. Os detalhes das ações ainda estão sendo definidos, em parceria, entre a entidade e os movimentos sociais que estão compondo a organização do ato.

A celeridade do projeto dentro da Câmara, determinada autoritariamente por Eduardo Cunha, impediu que a população participasse das discussões através de audiências públicas. Para agravar a falta de respeito com os brasileiros, há o risco, mais uma vez neste ano, de que o presidente da Câmara feche as portas da Casa do Povo, impedindo que os debates da PEC 352, bem como a votação, sejam acompanhados pela população nas galerias.

O projeto

Na tentativa de afastar do Congresso a influência do poder econômico, setores que defendem uma reforma democrática têm reforçado a importância, principalmente, de acabar com o financiamento privado de campanhas eleitorais, que A "bancada das empreiteiras" conta com 214 deputados, bancos elegeram 197 e os demais estão representando outros setores como igrejas, agronegócio e mineradoras.

A influência de empresários permitiu a formatação de uma legislatura conservadora, que culminou na fácil eleição para presidente da Câmara um legítimo representante dos interesses das elites e da direita brasileira, Eduardo Cunha. O parlamentar, de forma célere, têm colocado em votação projetos que atacam os direitos dos trabalhadores e os direitos humanos.

Desde as manifestações de 2013, que escancaram uma crise de representatividade no País, uma reforma política é pedida e debatida. Um plebiscito popular por uma constituinte, organizado em 2014, arrecadou oito milhões de assinaturas e foi ignorado pela grande mídia e pelo Congresso.

Porém, apesar da adesão popular ao plebiscito, Cunha resolveu resgatar, neste momento, a PEC 352, de 2013, também chamada de "PEC da Corrupção". O projeto, na forma que quer o presidente da Casa, constitucionalizaria o financiamento empresarial das campanhas, fazendo apenas uma distinção: o deputado deixa de receber a doação direta, que com a aprovação do projeto passa a ser feita ao partido.

Caso o projeto seja aprovado com o financiamento empresarial corroborado, irá contra a opinião da maioria dos ministros do STF, que já votaram pela inconstitucionalidade do expediente. A proibição da doação privada só não foi aprovada porque um dos magistrados, Gilmar Mendes, pediu vistas do projeto e o "esqueceu" em sua gaveta.

Uma modificação proposta na contrarreforma de Cunha é o "distritão", que determina como critério para se eleger um parlamentar o voto majoritário sem proporcionalidade. Com esse sistema, seriam eleitos os deputados mais votados diretamente, acabando com o voto de legenda, ao eliminar, na prática, o voto nas propostas partidárias, diminuindo, inclusive, a possibilidade de representatividade parlamentar de mulheres, índios, negros e gays.







Produção: TST Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

24/05/2015 - Rede Brasil Atual

## Oposição critica ajuste fiscal, mas na época de FHC medidas recessivas eram regra

Situação ocorrida em 1999, primeiro ano do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, surpreendeu o país após as eleições, com plano econômico ortodoxo

Na medida em que o governo federal vai apresentando o conjunto de propostas de ajustes da economia brasileira elevam-se as críticas da oposição, que chegam a identificar, inclusive, como "traição" ao discurso da então candidata Dilma em 2014. A despeito disso, cabe lembrar a situação ocorrida em 1999, primeiro ano do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002).

Nas eleições presidenciais de 1998, por exemplo, o então candidato Cardoso jamais ousou mencionar tanto a degradação econômica que ocorria no Plano Real, como as negociações em segredo que ocorreram entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Imediatamente ao encerramento das eleições, o Brasil foi surpreendido com o pacote econômico ortodoxo anunciado a partir de novembro de 1998.

Ademais da mudança da equipe econômica, com a demissão de Gustavo Franco, presidente do Banco Central, um conjunto de medidas recessivas foram implementadas, mesmo após o candidato Cardoso afirmar que a economia brasileira seguia perfeitamente bem sob o seu comando. Pelo acordo com o FMI, que liberou o ingresso de US\$ 59,5 bilhões para salvar as contas externas, o Brasil perdeu a soberania da política econômica interna, tratando de aplicar o ajuste econômico que transferiu para a parte mais frágil da sociedade o seu maior ônus. A taxa de inflação, por exemplo, aumentou de 2,5%, em 1998, para 8,4%, em 1999, enquanto a taxa de juros aumentou de 7,5% para 13,3%.

Apesar dos aumentos de impostos sobre a população, capaz de elevar a Carga Tributária Bruta de 26,9% do Produto Interno Bruto (PIB) para 27,5% entre 1998 e 1999, a Dívida Pública aumentou 10% (de 42,6% do PIB para 46,9%). Mesmo assim, a superávit primário nas contas públicas saltou de 0% do PIB para 3,2% no mesmo período de tempo.

Para isso, o governo Cardoso cortou parte significativa do gasto público. O financiamento para aquisição da casa própria pela Caixa Econômica Federal refluiu tanto que a quantidade habitacional construída passou de 235,7 mil unidades em 1998 para 144 mil em 1999 (redução de 38,9%). O crédito total também encolheu significativamente (11,1%), decaindo de 28% do PIB para 24,9% no mesmo período de tempo.

A despesa com pessoal e encargo do governo federal decresceu 8,1%, pois passou de 4,9% do PIB em 1998 para 4,5% em 1999. O gasto social federal em relação ao PIB também retrocedeu de 12,3% para 12,2% no mesmo período.

O resultado da opção recessiva adotada em 1999 não tardou a aparecer, indicando os segmentos sociais mais atingidos frente à queda do PIB per capita em 1,8% e a redução da participação dos salários na renda nacional em 3%. De imediato, o aumento de 4,6% na taxa nacional de pobreza, que saltou de 32,5% da população para 34% entre 1998 e 1999.

No mesmo sentido, houve o crescimento da taxa de desemprego em 9% nas regiões metropolitanas, pulando de 11,1%, em 1998, para 12,1%, em 1999. Somente em 1999, o país registrou o saldo negativo de quase 200 mil empregos formais, segundo o Ministério do Trabalho. Para além da pobreza e desemprego, nota-se a redução do valor real do salário mínimo em 3,5% no ano de 1999, assim como a queda no valor médio real dos benefícios da Previdência Social em 2,5%.